

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

Volume 21



Santiago de Compostela

2014

A AIL — Associação Internacional de Lusitanistas tem por finalidade o fomento dos estudos de língua, literatura e cultura dos países de língua portuguesa. Organiza congressos trienais dos sócios e participantes interessados, bem como copatrocina eventos científicos em escala local. Publica a revista *Veredas* e colabora com instituições nacionais e internacionais vinculadas à lusofonia. A sua sede localiza-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal, e seus órgãos diretivos são a Assembleia Geral dos sócios, um Conselho Diretivo e um Conselho Fiscal, com mandato de três anos. O seu património é formado pelas quotas dos associados e subsídios, doações e patrocínios de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas, privadas ou cooperativas. Podem ser membros da AIL docentes universitários, pesquisadores e estudantes aceites pelo Conselho Diretivo e cuja admissão seja ratificada pela Assembleia Geral.

Conselho Diretivo

Presidente: Elias J. Torres Feijó, Univ. de Santiago de Compostela
eliasjose.torres@usc.es

1.º Vice-Presidente: Cristina Robalo Cordeiro, Univ. de Coimbra
cristinacordeiro@hotmail.com

2.º Vice-Presidente: Regina Zilberman, UFRGS
regina.zilberman@gmail.com

Secretário-Geral: Roberto Samartim López-Iglésias, Univ. da Corunha
rlopez-iglesias@udc.es

Vogais: Benjamin Abdala Junior (Univ. São Paulo); Ettore Finazzi-Agrò (Univ. de Roma «La Sapienza»); Helena Rebelo (Univ. da Madeira); Laura Cavalcante Padilha (Univ. Fed. Fluminense); Manuel Brito Semedo (Univ. de Cabo Verde); Onésimo Teotónio de Almeida (Univ. Brown); Pál Ferenc (Univ. Elme de Budapeste); Petar Petrov (Univ. Algarve); Raquel Bello Vázquez (Univ. Santiago de Compostela); Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Univ. Fed. do Rio de Janeiro); Thomas Earle (Univ. Oxford).

Conselho Fiscal

Carmen Villarino Pardo (Univ. Santiago de Compostela); Isabel Pires de Lima (Univ. Porto); Roberto Vecchi (Univ. Bolonha).

Associe-se pela *homepage* da AIL: www.lusitanistasail.org
Informações pelo *e-mail*: secretaria@lusitanistasail.org

Veredas

Revista de publicação semestral

Volume 21 — 1º semestre de 2014

Diretor:

Elias J. Torres Feijó

Editora:

Raquel Bello Vázquez

Conselho Redatorial:

Andrés José Pociña Lopez, Universidade de Extremadura, Espanha.

Anna Maria Kalewska, Universidade de Varsóvia, Polónia.

Axel Schönberger, Universität Leipzig, Alemanha.

Carmen Villarino Pardo, Universidade de Santiago de Compostela, Galiza.

Clara Rowland, Universidade de Lisboa, Portugal

Helder Macedo, King's College de Londres, Reino Unido

Maria Luísa Malato Borralho, Universidade do Porto, Portugal.

Sebastião Tavares Pinho, Universidade de Coimbra, Portugal.

Sérgio Nazar David, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil

Ulisses Infante, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Vera Lucia de Oliveira, Università degli Studi di Perugia, Itália

Por inerência:

Benjamin Abdala Junior, Universidade de São Paulo, Brasil.

Cristina Robalo Cordeiro, Universidade de Coimbra, Portugal.

Ettore Finazzi-Agrò, Universidade de Roma «La Sapienza», Itália.

Helena Rebelo, Universidade da Madeira, Portugal.

Laura Cavalcante Padilha, Universidade Federal Fluminense, Brasil.

Manuel Brito Semedo, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde.

Onésimo Teotónio de Almeida, Brown University, EUA.

Pál Ferenc, Universidade ELTE, Hungria.

Petar Petrov, Universidade do Algarve, Portugal.

Regina Zilberman, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Brasil

Roberto Samartim López-Iglésias, Universidade da Corunha, Galiza.

Teresa Cristina Cerdeira da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Thomas Earle, Universidade de Oxford, Reino Unido.

Redação:

VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

Endereço eletrónico: veredas@lusitanistasail.org

Desenho da Capa: Campus na nube, Santiago de Compostela, Galiza

ISSN 0874-5102

AS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS
TÊM O APOIO REGULAR DO INSTITUTO CAMÕES

SUMÁRIO

ANTONIO PAULINO DE SOUSA	
O editor e as novas condições de produção do livro.....	5
ÉRICO MELO	
A geografia do romance brasileiro no século XX: esboço de roteiro.....	28
HELENA REBELO	
NULITA GOMES	
Património linguístico: um estudo lexical na lombada da Ponta do Sol.....	45
LUCA FAZZINI	
Fragmentação da experiência e reescrita na pós-modernidade: a tradição inesiana e a interpretação de Herberto Helder.....	62
MOIZEIS SOBREIRA	
A ficção camiliana no âmbito dos estudos literários: uma dívida ainda por saldar.....	77

O editor e as novas condições de produção do livro

ANTONIO PAULINO DE SOUSA

Universidade Federal do Maranhão
(Brasil)

RESUMO:

Este artigo relaciona o problema da edição tradicional com as novas tendências no campo editorial e busca estabelecer as condições sociais de produção do livro. O editor é um mediador entre o autor e o seu público. Esta relação dialética entre editor e autor é importante para a compreensão do produto final que é o livro. O editor exerce uma função crítica determinante no processo de construção, circulação e atribuição de novos significados. Por essa razão fala-se em termos de escrita editorial, cuja atividade está sendo questionada pelas novas estratégias de leitura na Web. O problema essencial é a filtragem na Web. O gesto editorial continua sendo indispensável para a legitimação e validação científica dos discursos.

PALAVRAS-CHAVE: Poder; editor; campo editorial; enunciação editorial; Web.

ABSTRACT:

This article analyses the relation between the problem of traditional editing and the new tendencies in editing and publishing and aims at clarifying the social conditions in the production of a book. The editor is a mediator between the author and his audience. This dialectic relation between editor and author is important for the comprehension of the book, which is the final product. The editor exercises the function of criticizing which is fundamental to the process of construction, circulation and attribution of new meanings. For these reasons we speak in terms of editorial writing, which is being questioned in face of the new Web reading strategies. The essential problem is Web filtering. The editorial act remains indispensable for legitimating and scientifically validating speeches.

KEYWORDS: Power; editor; editorial field; editorial enunciation; Web.

Data de recepção: 13/08/2013

Data de aceitação: 15/08/2014

Introdução

Este artigo aborda um problema que não se resolve facilmente: as condições sociais de produção do livro e o poder do editor. É complexa a relação entre o autor e o editor. A sociologia da cultura contribui na elaboração deste problema ao relacionar a edição tradicional com as tendências contemporâneas no campo editorial. Essa problemática é relativa ao papel histórico e social do editor questionada pela edição na Web. Elaborar o problema em termos editoriais é pensar a partir de um ponto de vista particular que relaciona as novas formas de escrita com a nova função social do editor.

Historicamente o campo da edição se desenvolveu com o investimento de indivíduos que detinham um forte capital escolar e um capital de relações no campo universitário. O crescente desenvolvimento da cultura fez emergir a necessidade de instrumentos de legitimação e de regulação da qualidade dos produtos culturais ofertados aos consumidores desses bens. Daí por que as normas e regras de produção e distribuição são asseguradas pelos editores. Essa vigilância epistemológica tem por objetivo validar os discursos científicos ao estabelecer os critérios que permitem reconhecer aqueles que estão de acordo com as exigências de um determinado campo do conhecimento. O editor funciona como um filtro cuja função é selecionar os manuscritos de acordo com a sua política editorial e em consonância com as exigências da lógica de cada campo científico. Ele seleciona e classifica os manuscritos que devem e o que não devem ser publicados.

O editor é o mediador central do campo editorial. Ele estabelece a relação entre o autor e o seu público, os leitores. O editor é caracterizado pela sua prática de leitura que se distingue das demais leituras. Por isso o editor é definido como aquele que tem o poder de assegurar não somente a publicação, mas também a circulação do livro. Assim, é o editor que faz existir socialmente o autor, caso este preencha os requisitos elaborados pela política editorial, em função das condições econômicas e culturais. Nesse sentido, a cada momento histórico os produtos culturais estão inscritos nas instituições e nas estruturas mentais. A acumulação legítima do autor e do editor consiste em fazer existir um produto cultural e um nome conhecido e reconhecido no interior de cada campo cultural. É dessa forma que os editores são condição necessária para a constituição de uma esfera pública literária e para a constituição de um espaço crítico. As regras de circulação são essenciais para a produção e reprodução das condições sociais de existência do autor e do editor. A prática deste último participa da estruturação da obra e orienta a leitura. Assim, a mediação impressa diz respeito à enunciação editorial e se desenvolve mais ainda com a escrita editorial.

O editor não é apenas um mediador entre o autor e o público. Ao transformar o manuscrito em livro ele atribui um novo significado ao texto impresso. Este novo significado não está instituído apenas pela forma, mas também pelas possíveis corre-

ções que são feitas nos manuscritos. Desse modo, o papel do editor tem sido questionado, na contemporaneidade, pela interação instituída entre a tela e a escrita. Esta nova textualidade e os diferentes modos de produção e interpretação se conferem uma nova estrutura de significado. Isto implica que novas estratégias de leitura das informações devem considerar a imagem e o texto. Mas a internet, por exemplo, não suprime as dificuldades cognitivas da entrada na escrita. É por isto que deve-se analisar as formas de produção e as condições sociais de produção da escrita. Assim, as relações entre autor e editor tendem a se modificar mais ainda com as novas tecnologias.

Neste sentido, há uma evolução na estrutura social do campo editorial e o problema central é a filtragem na Web. Toda cultura coloca em prática determinados filtros, que se distinguem da censura. As práticas de filtragem têm uma longa história e exercem um poder simbólico sobre a produção dos bens culturais. A autoridade que filtra é um conselheiro. A supressão do filtro corresponde à eliminação do papel crítico do editor e, portanto, da enunciação editorial. O gesto editorial é indispensável no processo de produção da legitimação e validação de um discurso, de um livro.

A função editorial se inscreve no âmbito da racionalidade moderna porque ela exerce um poder de crítica e de legitimação dos bens culturais. O grande problema na Web é a identificação das instâncias editoriais. Mas a função editorial não se limita ao conteúdo do que é publicado. O papel do editor implica uma capacidade crítica para atribuir uma forma e um novo significado ao texto, que envolve os profissionais da indústria cultural. Enfim, o editor tem uma função importante na orientação do leitor. Assim, não é possível dissociar autor, editor e leitor, uma vez que eles fazem parte de um sistema de produção e reprodução cultural.

Elaborar o problema em termos editoriais corresponde a pensar a partir de um ponto de vista particular que relaciona as novas formas de escrita com a nova função social do editor que tem o papel determinante não apenas de selecionar, mas também de fazer circular os livros e assim dar uma existência social ao autor a ponto de investir pessoalmente na defesa do livro publicado. Este modo de intervenção estrutural do editor está vinculado à intermediação das novas tecnologias e seus diversos componentes, que configuram as práticas sociais e a emergência de um novo tipo de mercado de livros.

Gênese e poder do editor

O problema relativo ao editor e à edição são pouco estudados. As grandes revistas científicas francesas, *Revue historique*, *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, *Annales ESC*, trataram do livro e mais raramente da edição. *A Histoire de l'édition française* (1982-1986) é uma das primeiras obras sobre a questão, seguida por uma outra obra escrita na Bélgica : *Histoire du livre et de l'imprimerie en Belgique* (MOLLIER; SO-

REL, 1999, p. 39). Claude Pichois escreveu um artigo pioneiro na revista *Annales* em 1959 sobre a edição. A tese de Claude Pichois faz emergir a importância do livro e da edição. A história da edição adquire a sua autonomia no seio da comunidade científica (PICHOSIS, 1959).

O que me orienta a estudar este objeto é propriamente o fato de que o papel histórico e social do editor é hoje questionado pela edição na Web. Esta nova tendência é um problema no campo editorial. A relação entre autor e editor é determinante para a filtragem e a qualidade do que deve ser publicado. É o editor que cria as condições de possibilidade de um mercado do livro que oferece condições ideais para a circulação do livro impresso e cria também condições para a existência social do autor. Não há dúvida de que a literatura antes de ser o encontro entre o livro e o leitor é primeiramente um conjunto de manuscritos a ser analisado pelos editores. Ora, o que os editores retêm é uma quantidade ínfima de toda a produção cultural bruta de um país e de um determinado período histórico. Com isso, observa-se com clareza que a seleção editorial tem uma história.

Em 1730 surge a figura do editor. O termo era uma referência ao livreiro letrado cuja característica era a habilidade na escolha de livros de qualidade. Ele discernia o escritor que poderia agradar o público e envolvia-se politicamente ao no ato da publicação de determinados tipos de pensamentos. O editor passa a exercer um grande poder no processo de formação dos gostos ao importar para o campo de produção do livro um sistema de disposição que era o efeito de sua relação com o campo da pesquisa e do ensino.

A legitimidade da coleção de Félix Alcan, *Bibliothèque de philosophie contemporaine*, era forte no campo da filosofia e se pode dizer que ele detinha o monopólio da edição filosófica francesa. Mas esse monopólio não é total devido ao surgimento de novos editores como Flammarion, por exemplo (FABIANI, 1988). O controle que o editor exercia sobre os autores engendrava uma prática discursiva em conformidade com os procedimentos de exposição e análise das questões, obedecendo ao estilo e orientação universitária (FABIANI, 1988, p.109). Foi o crescente desenvolvimento do setor da cultura na França que fez emergir a necessidade de instrumentos de legitimação e de avaliação. Esse problema é bem ilustrado pela interrogação de Sartre: *Qu'est-ce que la littérature?* (O que é a literatura?). A resposta de Sartre é parcialmente sociológica, afirma Fabiani (1993, p. 150-151). É através do livro que os membros de uma sociedade podem se ver e fazer uma avaliação da sua situação, nos diz Sartre (1948, p. 196).

O problema central é saber quem tem legitimidade para falar em nome da filosofia ou da literatura, por exemplo. Aí a preocupação é não apenas de ordem científica, mas também ideológica e comercial (FABIANI, 1988, p. 111). Para Fabiani os filósofos só adquirem seu verdadeiro sentido quando são estudados a partir do campo de produção

filosófica e também em referência às normas em função das quais suas obras são produzidas e difundidas. Essas normas e códigos são as regras de produção e distribuição administradas pelos editores em geral.

Um editor não se pronuncia sobre o valor de um manuscrito, mas sobre a publicidade, sobre a possibilidade de inscrever o texto no catálogo da sua editora. Neste sentido, há um investimento intelectual e político do editor, como bem nos faz entender Jérôme Lindon, gerente da editora Éditions du Minuit: “Eu publico livros nos quais eu penso poder me investir a fim de defender o livro e impô-lo junto ao público” (FOUCHÉ; SIMONIN, 1999, p.108). Ao descrever a relação entre editor e um manuscrito, Sartre compara o livro com um editorial de um cotidiano. Para um contemporâneo do autor, submerso na mesma subjetividade histórica, a leitura significa participar dos riscos do empreendimento. O editor deve fazer aparecer as qualidades raras do livro (SARTRE, 1948, p.43). A estrutura da escrita é dissimulada pelo trabalho que dá forma à própria escrita (BOURDIEU, 1992, p. 57 e 61). A análise de Sartre se inscreve nesta mesma orientação, pois para ele o indivíduo não se torna escritor simplesmente por ter escolhido dizer certas coisas que ele escolhe, mas por dizer certas coisas de uma determinada forma. É o estilo que faz o valor da prosa. Mas ele deve passar despercebido, diz Sartre. A forma cada um inventa a sua e depois faz-se o julgamento (SARTRE, 1948, p.75-76).

O editor é definido como aquele que tem o poder de assegurar a publicação e a circulação dos bens culturais. É ele quem faz com que um manuscrito e um autor possam ter uma existência social reconhecida. Neste caso, é necessário compreender o processo de seleção que distingue o que deve e o que não deve ser publicado no interior de uma produção cultural. Mas a decisão de aceitar ou recusar a publicação é definida após uma confrontação dos julgamentos e das discussões do Comitê Científico, o qual dispõe de um poder de avaliação e de decisão sobre a publicação. Neste ponto, nota-se prontamente que é preciso levar em conta os dispositivos institucionais (de uma editora) que fazem uma triagem entre o publicável e o não publicável a partir dos manuscritos que são propostos pelos autores. Mais precisamente é necessário apreender as relações objetivas entre os diferentes agentes que têm influência e que contribuem no processo de decisão do que deve ser publicado (BOURDIEU, 1999, p. 3). O escritor é sempre associado a seus críticos. Sartre nos deixou uma grande contribuição para o entendimento da relação dialética entre leitor, escritor e os críticos. O seu livro *O que é literatura?* é uma exposição sistemática do campo literário e de suas regras. Bourdieu, nas *Regras da Arte*, avança mais ainda na análise sociológica da relação dialética entre o autor, editor e seus críticos. Para Bourdieu, Manet instaura a pluralidade dos pontos de vista (BOURDIEU, 1992, p. 191)

A disjunção entre a ação política e o julgamento científico caracteriza as grandes editoras e revistas científicas e há razões para tal. A exemplo disso, o editorial da

Revue française de sociologie (QU'EST-CE, 2009) retém duas razões principais: a primeira é definida pela competência e independência. A tendência é que os pesquisadores realizem suas pesquisas sobre objetos que poucos estudam e assim são poucos pesquisadores que têm competência para julgar determinados trabalhos. A ausência dessa competência abre portas para uma multiplicidade de falsos valores, mas a independência significa que a lógica do julgamento deve se exercer de forma autônoma. A segunda diz respeito à distinção entre ação política e ação científica. A prática da avaliação científica se situa em um meio profissional marcado pela concorrência e pela cooperação. É o poder colegial dos pesquisadores competentes, concorrentes e independentes que fundamenta a legitimidade do julgamento científico de um editor. Essa vigilância epistemológica é válida tanto para livros quanto para os periódicos científicos. Afirmar que o poder de avaliação é do domínio dos pares é tomar posição sobre a construção do saber e a constituição de novas disciplinas. É necessário reconhecer, como diz Sartre, que há qualidades em um livro que emergem unicamente com o julgamento dos críticos (1948, p. 125).

A função da crítica do editor consiste em analisar a estrutura de um manuscrito, a sua arquitetura e o jogo de relações internas. A obra não pode ser compreendida sem esta relação entre editor e autor. A relação institucional que se estabelece é entre uma editora e um escritor e é por isto que o intelectual é indiscutivelmente coletivo. É preciso poucos anos para que um livro, segundo Sartre, se torne um fato social passível de ser interrogado como uma instituição e, nesse caso, o editor não se interessa diretamente pelo autor. O editor vê no autor uma produção espontânea de uma consciência coletiva, algo como uma instituição (SARTRE, 1948, p. 12 e 40).

Nesse caso, "...o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso : para um discurso, ter um nome de autor, o fato de se poder dizer 'isto foi escrito por fulano' ou 'tal indivíduo é o autor', indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto" (FOUCAULT, 1992, p. 45). Mas o autor carrega consigo o nome da editora que o faz existir socialmente. A produção cultural dos autores não se limita apenas aos livros, mas eles criam a possibilidade e a regra de formação de outros textos. Os autores criam condições e possibilidades infinitas de novos discursos. "A obra constitui uma estrutura significativa fundada na existência de uma estrutura mental coerente e elaborada por um sujeito coletivo" (FOUCAULT, 1992, p. 76). O que define o autor é a sua capacidade de alterar, de reorientar o campo epistemológico e estabelecer um novo paradigma. "O autor é finalmente um renovador do campo epistemológico". (FOUCAULT, 1992, p. 86-87)

Nota-se que a determinação da singularidade permanece fragmentária e incerta sem a investigação da posição que cada editora ocupa no campo editorial. E esta posição depende da distribuição dos recursos raros, tais como o capital econômico, simbólico, técnico, entre outros. É pela estrutura de sua posição que a editora orienta a tomada de decisões e suas estratégias em matéria de publicação dos manuscritos. A maior mudança que se pode observar, dentro de uma política editorial de diferentes editoras, pode também ser relacionada às mudanças na posição que elas ocupam no campo editorial (BOURDIEU, 1999, p. 4). O procedimento de oferta de manuscritos para os editores é o produto de uma seleção regularizada pela lógica do campo e pela posição da editora na estrutura do campo editorial.

Os autores, ao enviarem os seus manuscritos, se orientam em função da representação que eles fazem dos diferentes editores e de suas relações com as escolas de pensamento. E cada editora elabora a sua política editorial em função das condições econômicas e culturais e também do espaço dos possíveis, como diz Bourdieu (2012, p. 218). Assim, a cada momento da história, os produtos culturais estão inscritos objetivamente nas instituições (nas editoras, no caso dos livros) e subjetivamente nas estruturas mentais. A exigência elementar do editor consiste em não confiar inteiramente nos relatórios de leitura. É deste jogo entre autor, editor e conselho editorial que emerge o livro. Este, por sua vez, é definido como um objeto ambíguo, no sentido de que ele tem um valor econômico e cultural.

A publicação envolve uma grande diversidade de espaços, de técnicas, de máquinas e de indivíduos. “No antigo regime tipográfico, as intervenções propriamente editoriais se realizam não na ortografia, na grafia ou na pontuação do texto, mas nas escolhas feitas em razão dos públicos visados e que comandam as decisões quanto ao formato, ao papel, aos caracteres, à presença ou não de ilustrações” (CHARTIER, 2002, p. 68). A regra editorial é rígida. Os editores desempenham um papel essencial de mediação cultural inventando as fórmulas que permitem relacionar o repertório textual com a capacidade produtiva. A multiplicação da produção impressa é vista como um perigo nos primórdios da invenção do editor. Para dominar esse possível excesso tornam-se necessários instrumentos que permitem selecionar, classificar, hierarquizar. Essas orientações cabem a múltiplos atores sociais, mas os editores, por suas escolhas, desempenham um papel essencial nessa domesticação da abundância.

O maior sentimento de qualidade de um texto está ligado à coerência do texto produzido. É a estrutura, interna e externa, do conjunto do texto que deve ser analisada pelo editor. Ele pode fazer revisão do manuscrito para adaptá-lo ao leitor ideal. O termo revisão designa o resultado da atividade *scripteur/réviseur* e os diferentes procedimentos tomados dentro do processo de revisão. A revisão é inerente ao processo da escrita e se divide em releitura (*reading*) do primeiro manuscrito e a correção (*editing*).

As estratégias de correção são objetos de um aprendizado. No século XVII saber ler já é saber escrever bem. Os autores do século XVII têm uma função bem definida porque eles se dirigem a um público esclarecido, rigorosamente ativo, exercendo sobre ele um controle permanente (SARTRE, 1948, p.134 e 137).

Os autores mobilizam a atividade de revisão como uma atividade autônoma e introduzem uma distinção entre revisão externa (*revising*) que diz respeito à superfície do texto e a revisão interna que diz respeito ao conteúdo semântico. A releitura (*re-reading*) é então concebida como uma avaliação da adequação do texto produzido ao objetivo que foi fixado pelo *scripteur* no momento do processo de planificação. A correção (*editing*) consiste na aplicação de regras de produção destinadas a resolver os problemas encontrados pelo *scripteur* que deve adequar suas intenções comunicativas e suas realizações linguísticas. A revisão é entendida aqui como acréscimo, supressão, substituição, mudanças e distribuição (MARIN; LEGROS, 2010, p. 115). Os editores têm consciência de que o sucesso de um livro depende do local de publicação. Isto contribui para a compreensão da importância do editor como mediador entre o autor e o leitor. A acumulação legítima do autor e do editor consiste em fazer um nome conhecido e reconhecido. É uma luta pela distinção e reconhecimento.

Os editores são a condição necessária para a constituição de uma esfera pública literária e para a utilização crítica da razão. "...a edição submete a circulação das obras a coerções e a finalidades que não são idênticas àquelas que governaram a escrita. Essas são duas exigências, a tensão não se resolve facilmente." (CHARTIER, 2002, p. 76). A crítica da razão torna-se uma crítica da cultura cuja pesquisa quer compreender e demonstrar como todo conteúdo cultural repousa sobre um princípio geral e supõe um ato original do espírito (CASSIRER, 1972, p. 20). Este ato original é do autor, mas também da leitura seletiva do editor que institui uma forma, um estilo e um modo particular de produzir bens culturais.

Podemos dizer que o campo editorial é o lugar de circulação do discurso legítimo, da regularidade, da regra e da nomeação. Nesta perspectiva, a editora é caracterizada pelo fato de ser o lugar do poder universalmente reconhecido. Este poder reconhecido da editora e do editor é baseado em um consenso social que delega a uma instância encarregada de definir o que deve ser lido pelo público e, portanto, o que é bom para o público. O editor detém o monopólio dos meios de produção e de acesso aos bens culturais. Na base da relação entre autor e editor devemos distinguir dois estados do capital: o professor de geografia, por exemplo, é detentor de um capital cultural e existe o detentor de um capital que confere poder a esse capital, trata-se do editor de livros de geografia. O editor tem uma meta-capital e pode decidir se o detentor de um capital simples, o professor de geografia, poderá ou não publicar o seu manuscrito (BOURDIEU, 2012, p. 312).

Mercado e edição

A lógica do campo editorial é determinada pelas interações no interior do campo. A estrutura do campo editorial determina o tamanho e a estrutura das unidades que são responsáveis pela decisão e define igualmente o peso relativo das diferentes formas de avaliação que levam a priorizar o literário em oposição ao comercial; a privilegiar a arte ou o dinheiro. Os autores estabelecem raramente a relação entre suas obras e a questão econômica que está no cerne da atividade humana e, portanto, se por um lado ele escreve, por outro ele recebe dinheiro (SARTRE, 1948, p. 9). O livro faz então emergir um novo mercado. Como todo mercado, este também é marcado pela concorrência. É por essa razão que o editor Hetzel, para lutar contra a dominação, fez uma intervenção política no sentido de garantir a proteção dos autores e editores através dos direitos autorais (PICHOS, 1959, p.528 e 533). É dessa forma que se instaura um regime de propriedade para os livros e a relação jurídica entre autores e editores, sobretudo no que diz respeito aos direitos de reprodução da obra. Isso acontece no final do século XVIII e no início do século XIX (FOUCAULT, 1992, p. 47-48).

No que diz respeito ao mercado, o essencial é que as produções comerciais se impõem cada vez mais aos produtos culturais. É impossível não observar que o lucro é a negação da cultura, pois esta supõe investimentos cujos retornos são incertos e muitas vezes póstumos (BOURDIEU, 2001, p. 79). O que está em jogo é a lógica da produção cultural que não é orientada para fins exclusivamente comerciais em oposição às que estão orientadas para este fim. Isso significa que a cultura está ameaçada pelas condições sociais e econômicas dentro das quais ela pode ser desenvolvida contra a lógica do lucro. É contra essa lógica que os artistas plásticos lutaram pelo direito à assinatura, ou seja, pelo direito de ser tratado como autor (BOURDIEU, 2001, p. 81).

No Brasil, depois de 1820, Benjamin Louis era proprietário da maior estrutura de edição do Rio de Janeiro. Benjamin Louis era o verdadeiro arquétipo do editor brasileiro moderno e ele ilustra, no mundo, o dinamismo da edição francesa no século XIX (MOLLIER, 1999, p. 31). Este setor da economia era dominado pelo editor, que está no centro das decisões editoriais. No campo das forças produtivas em concorrência pelo monopólio do mercado de produção de livros, ele avalia a matéria prima e entrega às gráficas para que o manuscrito se transforme em livro. A circulação é um elemento central no processo de produção e de reprodução das condições sociais de produção, este é um papel do editor. O editor integra esse elemento ao desenvolver uma estratégia de publicidade, por isso, a lógica da circulação dos bens culturais não está necessariamente à disposição dos autores que não podem sobreviver com o seu trabalho solitário e sua obra deve integrar um sistema de difusão que esteja em consonância com suas orientações culturais e intelectuais. O encontro do autor com o grande público depende das possibilidades ofertadas pelas editoras que asseguram uma divulgação

dos livros junto ao público interessado em determinado tipo de produtos culturais. Nesta perspectiva, o exemplo do mercado do livro no Brasil é pertinente.

Em 1999 o mercado brasileiro do livro ocupava o oitavo lugar na produção mundial. Para Gustavo Sorá, essa progressão consagra a transformação dos editores em profissionais do livro e as editoras em verdadeiras empresas de informações. (1999, p. 90). A editora José Olympio, do Rio de Janeiro, ocupava uma posição semelhante à da editora Gallimard e à editora Fundo de Cultura Econômica no México. Essas editoras têm o poder de consagrar os autores e as obras que entrarão no *panthéon* literário nacional. É assim que nasceram Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Gilberto Freire e outros. José Olympio monopoliza a publicação de livros que representam a cultura nacional legítima. Até 1950 ter um livro publicado nesta editora era uma legitimação literária (1999, p. 90 e 93-96). Os editores têm consciência de que o sucesso de um livro depende do local de publicação.

O ajustamento entre o autor e o editor e em seguida entre o livro e seu público é o resultado de uma série de escolhas que fazem investir em uma imagem de marca do editor e do espaço que ele ocupa no mercado. É em função dessa imagem que os autores escolhem o editor. E os leitores fazem intervir na escolha dos autores a imagem que eles têm do editor (BOURDIEU, 1992, p. 235). Isto contribui no processo de compreensão da importância do editor como mediador entre o autor e o leitor. O editor tem um poder de consagração dos produtores e dos produtos culturais. O campo de produção cultural é um local de lutas que visa delimitar a população dos que são escritores e que possuem o direito de participar da luta pela definição do que vem a ser um escritor. A luta pela classificação visa estabelecer assim as fronteiras (entre as disciplinas e entre os modos de produção) e a hierarquia dos objetos culturais. A definição das fronteiras corresponde ao estabelecimento da ordem e da defesa do campo. (BOURDIEU, 1992, p. 313). O setor da livraria é um espaço público onde acontecem os debates característicos de uma esfera pública literária. (HABERMAS, 1985, p. 44-45).

A análise do processo de produção, de legitimação e de recepção das obras constitui um terreno privilegiado para enfrentamentos teóricos e metodológicos no interior da sociologia e também sobre suas fronteiras. A arte pode ser o suporte de relações originais entre a sociologia e a economia. (MENGER, 1989). Haward é um exemplo desses estudos de obras culturais (BECKER, 1985). Assim o livro de Pierre Bourdieu, *As regras da arte*, constitui uma tentativa para colocar em prática a lógica que governa a produção dos escritores e das instituições literárias (1992).

O grande problema é relacionar a estrutura da obra com a estrutura da sociedade na qual ela é produzida, independentemente do número e do tipo de mediação pelo qual se chega a estabelecer esta mediação. Nas pesquisas sobre os estudos das formas simbólicas há uma tendência para a exclusão das preocupações sociológicas. A so-

ciologia da arte não pode se isolar da arte e dos modos sociais de sua produção. É a partir do estudo da produção literária que Bourdieu apresentou as primeiras formulações do conceito de campo (1966). O campo literário é um sistema de relações, como todos os outros campos, entre os agentes. É isso que explica o fato de que se privilegia mais a sociologia da produção em detrimento da sociologia da recepção (FABIANI, 1993, p. 157). A questão da intertextualidade, Bourdieu a define como a ação das obras sobre as outras obras. Mas essa ação só se exerce através dos autores, de suas estratégias e de seus interesses no interior de um campo (1992, p. 280).

“A reorganização do mundo do escrito em forma digital é uma preliminar para que possa ser organizado o acesso pago por linha e ser protegido o direito moral e econômico do autor” (COMPAGNON, apud CHARTIER, 2002, p. 37). Trata-se de uma aliança conflituosa e necessária entre editores e autores e isso implica, certamente, uma transformação profunda do mundo social e das formas de produção da escrita. Assim como na emergência de um novo mercado da edição.

Gesto editorial

Partindo da noção de recepção editorial Brigitte Ouvry-Vial (2007) engloba os conceitos de escrita e de enunciação editorial em uma noção mais ampla como o gesto editorial. O processo de produção do livro e a diversidade material dos elementos que o constituem são analisados de forma brilhante por Gérard Genette. No seu livro *Seuil* (1987) ele propõe uma tipologia e definição do texto na sua complexidade de objeto multiforme e *tentaculaire*. As análises sobre o autor e a função do editor demonstram que a responsabilidade e a escolha são primeiramente do autor e supõe que o discurso editorial, em geral, é subordinado às necessidades do comércio e aos usos estabelecidos. A decisão de publicar é o resultado de um consenso. Genette sugere implicitamente uma reflexão sobre as maneiras de editar. Essas maneiras são diversas e próprias às pessoas em particular e isso se constitui em efeitos do ato de editar (1987, p. 68-69). Enfim, do gesto editorial. O que se percebe é que há uma intencionalidade editorial e, portanto, o livro nunca se apresenta em estado puro, ele é sempre acompanhado de elementos de produção a partir dos quais ele pode ser apresentado, recebido e consumido pelo leitor.

O processo de produção, no entanto, separa nitidamente o manuscrito e o livro publicado. É uma verdadeira metamorfose. O respeito ao texto e às intenções do autor é a base da produção editorial, mas este processo depende também da percepção e da interpretação editorial feitas sobre os textos e as intenções do autor. O editor representa perante o leitor as condições de possibilidade de recepção do livro, sem, contudo, esquecer a liberdade do leitor, objeto bem explorado por Sartre (1948). O que se nota en-

tão é a intencionalidade crítica do editor cujo objetivo específico é oferecer ao leitor uma determinada representação do livro que deve ser ofertado ao consumidor.

Um exemplo clássico é o poder que um Editor como Gallimard exerceu sobre a publicação da obra de Sartre: *La nausée*. A partir do momento em que o manuscrito foi aceito para a publicação Brice Pariaïn assume a responsabilidade de conduzir o processo de publicação. Ele começa pedindo o corte e eliminação de diversas passagens, o que foi aceito por Sartre. O título da obra era Melancolia e foi julgado inadequado. É Gallimard que encontra o título adequado: *La nausée*. O editor busca um parentesco da obra de Sartre com figuras de excelência literária como Kafka, que começava a se impor, e uma outra figura é Céline. O jovem Sartre é intencionalmente associado a estes dois autores (BOSCHETTI, 1985, p. 61-62). A publicação da obra é a confluência de um discurso que se constrói entre o autor e seus críticos. Há um ajustamento da obra de Sartre com as intenções do editor. Nota-se então que o valor de uma obra é decidido pelo julgamento dos pares e qualquer autor se sente na obrigação de se conformar com a imagem que é feita pelos editores, os críticos e os outros autores (BOSCHETTI, 1985, p. 62). Na sua interpretação, Gallimard, reconhece o caráter intelectual da obra e no ato da publicação quer deixar transparecer que *La nausée* é uma combinação de Kafka, Husserl e Céline. Nesse mesmo sentido o livro de Jacques Bouveresse *L'avenir d'une illusion* foi aceito pelo editor, mas o título foi recusado e substituído por *Le philosophe chez les autophages*. (BOUVERESSE, p. 49-50).

Convém não esquecer que o editor pode publicar e fazer com que uma obra seja imediatamente esquecida. É o caso do livro de Mary Douglas, *How Institutions Think*, traduzido para o francês e publicado pelas Éditions Usher em 1989 com o título: *Ainsi pensent les institutions*. O livro não foi bem divulgado e, além disso, o editor faliu. Dez anos depois este livro é traduzido e publicado pela Editora La Découverte com o título: *Comment pensent les institutions* (1999), com um prefácio de George Balandier. Dessa forma, a autora é introduzida na França e passa a existir socialmente neste país através da valiosa contribuição à sociologia das instituições. Ora, a relação destas questões nos faz pensar que o editor institui o capital cultural do autor e seu próprio capital simbólico pela magia do coletivo (BOURDIEU, 1998, p. 78-79). Os Editores são instituídos como grupo e como realidade social e ao mesmo tempo se constata que há diferenças e conflitos no interior do campo. O grupo institui valores e há uma certa arbitrariedade desconhecida como tal pelas fronteiras do campo jurídico. Os valores existem no estado institucionalizado e se reproduzem pela crença coletiva no papel social das editoras.

Trata-se, portanto, de um ato de codificação da obra, pois o editor faz então referência a leis específicas do campo literário. O efeito desta invenção pode nos fazer pensar sobre a multiplicidade de funções exercidas pelo gesto editorial, uma atividade

crítica por definição. Foi esse processo de produção que construiu e consagrou a representação de um autor como Sartre, mas não se deve esquecer que a publicação implica também uma relação entre o indivíduo, a sociedade e a história (BOSCHETTI, 1985, p. 67-75). Também Sartre, na condição de editor da revista *Critique* implanta uma política editorial que não está em conformidade com a demanda do campo. Essa revista só é lida e apreciada por um público restrito e essa não conformidade se percebe na estrutura do capital dos seus produtores. (BOSCHETTI, 1985, p. 205 e 221).

Sartre teve que ajustar o seu produto aos gostos do mercado, e, por desfrutar de uma posição privilegiada podia aceitar as fragilidades do seu modelo. Ele estava no centro de um grupo de *neo-agrégés* e entre os seus amigos leitores competentes e exigentes que indicam exatamente o gosto e as preferências dos seus pares (editores e leitores) de onde depende o reconhecimento (BOSCHETTI, 1985, p. 46). O editor codificou o livro de forma a adaptá-lo às exigências do texto e às práticas de leitura. A intervenção editorial visa oferecer um mínimo de clareza ao texto e o máximo de criação de um terceiro sentido. Mas, para que esta combinação se torne realidade o editor exige correções nos manuscritos.

Uma reflexão crítica sobre a atividade do editor visa a uma sociologia da leitura e da produção cultural. Isso deve nos levar a estabelecer relações entre escrever, ler e editar. E são essas relações que fazem da edição uma resposta às práticas sociais de leitura e às necessidades que emergem dessas práticas sociais. Desde o momento em que se considera o livro como um médium, o que está em jogo é a reconstituição da sua trajetória social e sua história de produção está relacionada às escolhas materiais, intelectuais, técnicas e estéticas que são colocadas em prática no processo de transmissão do texto (OUVRVY-VIAL, 2007, p. 71).

Editar consiste em propor uma leitura de uma obra escrita ou visual por intermédio de um ordenamento conceitual e formal (papel ou tela) que condiciona o sentido e a interpretação da escrita. Logo, o editor contribui em livro que ele não assina diretamente. Considerando as técnicas materiais e intelectuais de transmissão dizemos que essas estão relacionadas a uma determinada política editorial e, independentemente do valor educativo, cultural, social ou literário de uma política editorial, o fato é que o editor é o intérprete das ideias do seu tempo. O editor joga com o papel de leitor e extrapola a partir de sua própria reação de leitor antecipando a reação do público, mas o suporte redefine o gosto das obras e as formas de interpretá-las. O gesto editorial deve ser pensado na sua prática e finalidade. O acento deve ser colocado no princípio de autonomia da função editorial face às coerções econômicas e sociais. (OUVRVY-VIAL, 2007, p. 81). O que caracteriza o novo modelo cultural é que ele integra todas as expressões culturais e todas as mensagens funcionam de forma binária: presença/ausên-

cia no sistema de comunicação multimídia. O preço a pagar para se integrar é aderir à lógica do sistema, à sua linguagem e seus códigos.

Enunciação Editorial

O mundo da edição dos textos se modifica com a chegada do texto na Web. Este movimento impõe um estilo de discurso que é denominado como (auto) publicação numérica. As transformações são descritas como urgentes, radicais e todos os atores devem se mobilizar. Isto foi constatado no I Colóquio online realizado na França entre outubro de 2001 e março de 2002 (ECO, 2002). Há um conjunto de categorias (que têm um peso histórico) que são questionadas tais como editor, formato, arquivo e autoridade. A referência ao gesto editorial é indispensável para a legitimação e validação de uma obra literária. A concepção é que parece existir uma função editorial na internet que avança. Mas isto não diz respeito apenas à profissão de editor, mas também a um modo de intervenção sobre a ordem e imagem do livro. As oposições estão postas da seguinte forma: texto material/texto virtual, poder do editor/poder do leitor, intermediação/autopublicação, etc. Diante destes problemas é necessário se posicionar a partir de uma análise semiológica. Para isto, é preciso dispor de um conceito de enunciação editorial e encontrar os níveis de intervenção da escrita informática neste processo. Assim poderemos nos livrar da oposição entre texto virtual e texto real.

A mídia informatizada tem uma particularidade ao se efetuar a partir da escrita e da leitura. Esta característica define precisamente a relação ao tempo longo da escrita. É bem verdade que a materialidade técnica da tela transforma e condiciona o processo de escrita e de leitura segundo as modalidades que lhes são particulares. Mas a tela não é apenas um suporte do signo, é também um local onde os signos encontram formas e organização. A prática diz respeito à uniformização ou à diversidade de produções. O problema é saber onde se situa o poder da escrita e quais podem ser os efeitos sobre a leitura, a escrita e o pensar. A análise a partir das práticas editoriais é uma abordagem determinante para definir as transformações mediáticas contemporâneas.

A enunciação editorial é entendida como o conjunto dos elementos que contribuem para a produção material das formas que dão ao texto sua consistência, sua imagem de texto. Trata-se de um processo social determinado e invisível para o público, mas é apreendido através das marcas impressas pelas práticas da profissão no processo de elaboração e circulação dos textos. Enfim, a enunciação editorial é o que faz a existência material, social e cultural do livro aos olhos do leitor (JEANNERET; SOUCHIER, 2005, p. 6). É nesse sentido que a enunciação editorial pode ser considerada como a face semiótica, materialmente apreendida, da estrutura estruturante do Habitus (BOURDIEU, 1980). A prática da escrita na tela é um dos problemas maiores na evolução da escrita na nossa sociedade.

Há uma retórica para eliminar o trabalho de enunciação editorial que se fundamenta na ilusão da antítese do antes e do depois. Essa postula uma ruptura radical na história da mídia e uma outra que defende a imagem do contato direto entre o autor e o leitor sem a mediação do editor. (JEANNERET; SOUCHIER, 2005, p. 7). Para Umberto Eco, na história da humanidade, a introdução de um novo meio tecnológico nunca suprimiu os meios tecnológicos precedentes e nem tampouco se eliminou a importância da crítica (2002, p. 3). Essas posições produzem uma ilusão ao eliminar as relações de poder que se exprimem através das formas. Ora, a escrita só se exprime através das formas e estas formas se revelam pela interação entre os atores implicados no processo de produção do texto como o autor, editor e o leitor, tal como o entende Sartre. A eliminação da interação entre esses atores sociais é uma tentativa para se livrar da análise política da escrita.

A relação do leitor das mídias informatizadas é sempre mediada pela relação existente com os dispositivos, as formas textuais e, enfim, pelos autores que têm condições de configurar os objetos e suas formas. É por isso que enunciação editorial se inscreve na continuidade da cultura escrita, onde os textos devem ser instituídos como formas para circular e a informática tem uma grande influência nesse processo não apenas na forma, mas também nas modalidades de acesso a esse tipo de trabalho. Dessa forma, a enunciação editorial não se apreende mais unicamente através dos traços das práticas de produção e de socialização do texto, mas especificamente através das condições de elaboração literal. (JEANNERET; SOUCHIER, 2005, p. 8-9).

No que diz respeito às novas tecnologias, o que se discute é a relação entre a oralidade e a escrita, entre o tempo e o espaço. Isso implica também que a escrita e seus autores estão envolvidos em uma lógica do espetáculo (JEANNERET; SOUCHIER, 2005, p. 12). A informática modifica não somente o suporte, mas as condições de acesso à imagem. Logo, a forma texto é a condição de possibilidade da relação entre o autor e o leitor. A realidade da enunciação editorial revela as condições mesmo de possibilidade de toda escrita, as modalidades de sua elaboração e a divulgação não são neutras. Nesse caso, a forma do texto torna-se, gradativamente, o reflexo do que a informática sabe fazer (JEANNERET; SOUCHIER, 2005, p. 14).

A concepção de enunciação editorial foi formulada em um campo preciso da genética textual e da crítica literária, sendo que o primeiro elemento da enunciação editorial é a sua dimensão visual e o segundo é a intervenção na elaboração, produção, circulação e recepção do texto. Esse conjunto de marcas semióticas revela a natureza do texto através da sua pluralidade enunciativa (SOUCHIER, 2007, p.26). A prática editorial participa da identidade da obra literária de tal forma que ela não é apenas uma mediação. O editor participa da estruturação da obra e orienta a leitura, mas a mediação impressa diz respeito à enunciação editorial e se prolonga na escrita editorial. É

esse raciocínio que permite distinguir a *empreinte* técnica e a prática social. Dessa forma, a imagem do texto não é apenas a mediação de um sentido, mas é também a parte constitutiva da escrita tipográfica, da enunciação editorial e do significado. O problema da imagem do texto nasceu com a enunciação editorial. Logo, a existência da escrita supõe as características gráficas e sua dimensão visual, tipográfica. A tipografia é entendida aqui como uma prática da escrita. O que é transmitido não se separa das formas, maneiras e condições concretas de transmissão (TODOROV, 1984). Em outros termos o que é transmitido participa da forma, dos suportes, das matérias e das práticas que limitam a situação de comunicação. Saussure já afirmava que é falso e impraticável opor forma e sentido (2002, p. 17).

O editor afirma que ele está a serviço do texto e assim ele omite o próprio poder sobre a existência material do texto e a existência social do autor. O visual do texto é traduzido pelo editor em termos de enunciação editorial, todavia, a concepção de enunciação permite dizer que se trata de enunciados no sentido que entende Foucault. Enunciados emitidos por atores no ato de processo de produção (enunciados). Ora, estes atos de enunciação determinam a existência do texto aos olhos do leitor. Em outros termos não podemos nos contentar apenas com a dimensão discursiva. O ato de enunciação editorial é considerado como um processo de produção, de regulação dos dispositivos de elaboração da “palavra poder” na sociedade. Em outros termos, o que está em jogo é um processo de regulação dos enunciados sociais.

O sentido formal da enunciação editorial tem a virtude paradoxal de se expressar pelo silêncio e discretamente. Provavelmente é isso que funda a sua eficácia (SOUCHIER, 2007, p. 37 e MANDEL, 2001, p. 5). A forma é marcada por um poder silencioso que caracteriza as modalidades de enunciados editoriais. Nota-se então que o instrumento editorial permite elaborar determinados tipos de artes no seio da sociedade.

Os livros que não são publicados não levam em consideração o estado da literatura, as coerções da publicação e nem tampouco conseguem se dar conta das determinações sociais e culturais de seus trabalhos. É assim que o editor, que se distingue mais pelo que ele exclui do que pelos objetos com os quais ele se assemelha, contribui com o processo de produção de um campo literário ou científico. Há, então, uma ruptura entre o mundo ordinário e o campo literário e científico. Mas é através da imprensa que os efeitos da dominação estrutural se exercem sobre os autores e leitores. (BOURDIEU, 1992, p. 82-83). Os editores não ignoram que o nascimento social do escritor ocorre em torno dos 25 a 30 anos e eles se dão conta disso ao recrutarem escritores jovens. O que se observa é que o editor reproduz o sistema de avaliação diretamente inspirado no sistema universitário.

O editor torna-se o personagem central do campo editorial porque ele é o mediador entre o público e o seu leitor. Desse modo, a leitura editorial é uma prática cul-

tural singular que não pode ser comparada com nenhuma outra forma de leitura, o que resulta na singularidade do empreendimento editorial, contida na política editorial e na prática do comitê de leitura. Assim, por exemplo, a política editorial da revista *Actes de la Recherche em Sciences Sociales* é eliminar as fronteiras entre a história e a sociologia. “Ele descobre os autores, solicita obras escritas, faz encomenda ao impressor, garante a divulgação junto aos livrinhos, estimula os gostos do público” (HOURELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 35). Essa relação editor e autor constitui-se como uma verdadeira subordinação entre os principais mediadores dos produtos culturais tais como o mercado, editores, autores e todas as formas de produção literária industrial.

Novas modalidades de edição na Web.

Não resta dúvida de que o texto eletrônico reintroduz na escrita algo das línguas formais, ou seja, uma linguagem simbólica capaz de representar as diversas formas de pensamento. “Se Condorcet vinculava estritamente o uso dessa língua universal à invenção e à difusão da imprensa, no mundo contemporâneo é em relação à textualidade eletrônica que se esboça um novo idioma formal imediatamente decifrável por todos”. (CHARTIER, 2002, p. 16-17). Há uma transformação profunda na “ordem do discurso com a institucionalização da textualidade eletrônica, pois a leitura diante da tela é descontínua e a percepção da obra como um todo é mais complexa. As novas tecnologias da informação introduzem novas técnicas de difusão da escrita, proporcionando uma revolução nas estruturas e na modalidade técnica da produção da escrita e nos suportes da escrita. Na concepção de Chartier “haverá duas formas de publicação : a que vai continuar a oferecer textos abertos, maleáveis, gratuitos, e a que resultará de um trabalho editorial que necessariamente fixará e fechará os textos publicados para o mercado. Talvez dois tipos de aparelhos vão corresponder a cada uma dessas formas : o computador tradicional para a primeira e o e-book, que não permite o transporte, a cópia ou a modificação dos textos, para a segunda.” (2002, p. 27).

A oposição entre, de um lado, o livro, a escrita, a leitura e de outro, a tela e a imagem é substituída por uma nova situação que propõe um novo suporte para a cultura escrita e uma nova forma para o livro (ZILBERMAN, apud. CHARTIER, 2002, p. 105-106). A coexistência entre o livro tradicional e o livro eletrônico nos faz refletir sobre novas formas de construção dos discursos eruditos e as novas modalidades específicas de leituras permitidas pelo livro eletrônico. No que diz respeito ao livro eletrônico, não se trata apenas de uma substituição uma vez que as formas têm um efeito sobre os sentidos. Assim, os livros eletrônicos organizam uma nova forma de relação entre as demonstrações e os critérios das provas (GRATON, 1998). A lógica do texto não é mais necessariamente linear e dedutiva, mas aberta e relacional e oferece novas possibilidades argumentativas (DOUGLAS, 1980). A revolução das modalidades de produção e de transmissão dos textos é fundamentalmente uma mudança epistemológica. As possibi-

lidades do livro eletrônico levam o autor a organizar de forma diferente o que o livro distribui de forma linear e sequencial (CHARTIER, 2002, p. 108). A textualidade eletrônica coloca em questão a noção mesmo do livro. “Daí a inquietação de nosso tempo diante da extinção dos critérios antigos que permitiam distinguir, classificar e hierarquizar os discursos. Não é pequeno o seu efeito sobre a própria definição do livro tal como o compreendemos...” (CHARTIER, 2002, p. 109-110). Critérios antigos, aos quais Chartier se refere, são os estabelecidos pelo editor.

Para pensar as novas relações entre o texto e a imagem na perspectiva da incidência da noção de tela na produção e difusão do conteúdo ou informação, é preciso medir bem a globalidade da percepção de um produto editorial feito de texto e imagem, mais precisamente de texto concebido da mesma forma que uma imagem, tendo em vista os novos modos de difusão dos textos. Esse produto da comunicação é tanto escrito quanto visual. O que deve ser introduzido é a relação entre texto e imagem e o problema que emerge é a função do editor neste novo cenário.

Convém falar de uma nova forma de textualidade que institui uma interação entre a tela e a escrita. Trata-se de uma nova forma de produção, de interpretação e uma nova estrutura de significado. Isto implica necessariamente elaboração de novas estratégias de leitura da informação considerando a imagem e o texto (LAMIZET, 1989, p. 68). É necessário também um novo tipo de relação com a memória e a partir daí pensar um novo tipo de uso dos sistemas de informação.

A presença da internet não dispensa a necessidade de se mobilizar o capital cultural no seu estado incorporado. Este capital é definido como um ter que se torna ser e então uma propriedade que se faz corpo ao tornar-se parte integrante da pessoa (BOURDIEU, 1998, p. 74-75). Portanto, as dificuldades cognitivas relativas ao processo de entrada no escrito não são alteradas e de fato se exige novas habilidades intelectuais. Convém alertar que o leitor-navegador também pode se perder nos arquipélagos textuais (BERRING, apud CHARTIER, 2002, p. 120-121). Os historiadores da leitura têm demonstrado que a leitura se tornou mais uma prática cultural silenciosa e solitária.

Há uma distância crescente entre aqueles que utilizam as informações para atingir seus objetivos e os que são dominados pelo mercado de trabalho, as mídias e são também reduzidos à dependência econômica e cultural. Para Manuel Castells (1998) a luta contra o determinismo tecnológico é indispensável. Mas é também necessário que a análise demonstre a interação das formas de produção e das relações sociais de produção. As economias se tornam mundializadas e essas transformações contribuem também para a acentuação do crescimento econômico desigual (1998, p. 21-22). As inovações técnicas e suas aplicações sociais dependem de um conjunto complexo de interações e do sistema em vigor. É evidente que a capacidade ou não das socieda-

des para dominar as técnicas, em particular as que são estratégicas, tem um peso muito grande sobre o destino da sociedade.

No modo de desenvolvimento informacional existe uma ligação estreita entre cultura e forças produtivas, entre espírito e matéria. Assim, novas formas de interação, de controle e de mudanças sociais são produzidas. As relações entre autor, leitor e editor se modificam profundamente. O período histórico em que estamos vivendo se caracteriza pela transformação da nossa cultura material e a emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno das tecnologias da informação. (CASTELLS, 1998, p. 52-53). É preciso considerar a evolução da estrutura social do campo editorial e, assim sendo, a tipografia tem essa capacidade refinada para pensar de maneira conceitual. Na concepção de Postman, ela tem uma forte apreciação da razão e da ordem, uma vez que a tipografia tem um grande poder de distanciamento. (apud CASTELLS, 1998, p. 377).

Baseando-se em pesquisas empíricas Manuel Castells (1998, p. 406) afirma que somente uma minoria é realmente ativa no sistema A comunidade informatizada é a mídia do segmento mais instruído e a mais “aisé” da população dos países mais ricos. Isso significa que nessa revolução tecnológica a elite se beneficia de forma estrutural na sociedade. As universidades são os principais agentes de difusão das inovações tecnológicas no sentido de que de geração em geração os jovens universitários devem adotar novas maneiras de pensar, de agir e de se comunicar. Na concepção de Umberto Eco trata-se de assimilar novos códigos culturais (apud CASTELLS, 1998, p. 380). As novas mídias eletrônicas não se distanciam das culturas tradicionais. Na verdade, elas absorvem e modificam os modelos tradicionais. Todas as formas de comunicação estão baseadas na produção e consumo de signos. (BARTHES, 1978 e BAUDRILLARD, 1972).

O editor continua com sua função de selecionar e de filtrar o que deve ser publicado, conforme já se observou anteriormente. No entanto, a filtragem da informação é o problema essencial na Web. A cultura transmite a sua memória, mas nem tudo que é transmitido ela filtra. Como bem diz Umberto Eco, toda história da cultura é a de colocar em prática determinados filtros. Os pesquisadores podem criticar a prática dos atores sociais que filtram, mas isso tem uma longa história. A Sociedade Internacional de Filosofia, por exemplo, faz uma monitoração de todos os sites de filosofia, contudo, esses problemas de filtragem na Web ainda não foram solucionados (2003). Há uma distinção clara entre filtrar e censurar no sentido de que a autoridade que filtra é um conselheiro que faz parte de um Conselho Editorial.

O objetivo da censura é controlar os textos impressos, os autores, os impressos e os livros. Em 1564 surgiu o índice dos livros proibidos e somente em 1966 ele desapareceu. A figura do censor foi instituída pelo poder eclesiástico e, posteriormente,

pelo poder político (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 58-63). Em contrapartida, o editor é alguém que corrige em função de uma melhor estruturação do texto e não alguém que censura. E também porque editor e autor estão situados em uma rede de relações que pode ir até a identificação e é por essa razão que Henri Baillièrre apresenta a sua atividade editorial como uma simples colaboração (FABIANI, 1988, p. 104). Este trabalho de filtragem faz parte da educação e a censura consiste em impedir a circulação da informação. Um editor é um filtro e o leitor confia no editor porque ele pode publicar um péssimo romance, mas não abaixo de uma determinada estrutura que caracteriza o campo literário. O enorme problema é saber quem filtra o gosto literário na WEB. Se não há um filtro a função de orientação crítica do editor desaparece. Tudo pode ser dito sobre a crítica, mas ela transmite um gosto cultural.

CONCLUSÃO

É preciso uma função editorial na Web. Esta exigência se fundamenta em uma constatação que é a atestação da validade das informações na Web. Essa massa de informações incontroladas nos faz pensar em instâncias de regulação que permitem não apenas filtrar, mas oferecer um modo de legitimação das fontes e os modos coerentes de ordenamento lógico dos discursos. A função editorial é definida como um poder crítico e o problema principal não é saber se é necessário ou não, mas é discutir os modos de atualização do editor e os critérios de legitimação se tornam necessários (RIEUSSET-LEMARIÉ, 2001, p. 33). A função do editor é importante na medida em que é através dele que a mensagem do autor se constitui como tal e pode ser transmitida ao público através de um novo instrumento que é a Web. A importância desta mediação se deve ao fato de que ela inscreve a escrita de um sujeito na relação fundamental com o seu público. O autor fala por intermédio do editor. Hoje a Web pode exercer este papel de intermediário que dá o status de discurso público a um texto e a um tipo de documento. Neste sentido, a Web não é apenas um médium, mas uma rede de atores sociais ligados a um sistema. Mas se esta difusão pública do World Wide Web recusa a mediação editorial, a tendência é os *serveurs* recusarem a responsabilidade jurídica dos conteúdos hospedados na página, alegando que eles são apenas prestadores de suporte técnico. Umberto Eco relata que começava a fazer uma pesquisa sobre um Saint-Gaal e encontrou trinta sites. Como ele é bem informado sobre o objeto, não teve dificuldades para detectar que havia apenas um site de caráter filosoficamente correto, dois corretamente enciclopédicos e os demais eram loucos ocultistas delirantes (2003). Assim, cada site Web pode ter este papel de filtro editorial em relação a outras páginas da Web que orientam a leitura. O editor na Web tem essa função de orientação da leitura e deve cumprir essa função social tão importante para a formação crítica do leitor. Isso não

significa que um site que não tem o editor não tenha orientações de leitura implícitas. A análise dessas questões diz respeito à enunciação editorial ou ao gesto editorial propriamente dito. O problema essencial diz respeito à explicitação da necessidade editorial na Web e do seu papel crítico, mas a grande dificuldade na internet é identificar as instâncias editoriais que podem até estarem no anonimato. É por isso que a explicitação da função editorial na internet é determinante. Claro que se trata de uma capacidade e credibilidade para atestar o valor das informações e isso exige instâncias editoriais reconhecidas. É preciso então desenvolver uma verdadeira competência crítica e científica. A exigência da internet é o desenvolvimento de uma função crítica colegiada, como é o caso das editoras e dos periódicos. Trata-se da independência das instâncias que determinam o valor da informação. Há necessidade de se pensar os modos produção e de apresentação que fazem a diferença entre uma opinião e um texto científico (RIEUSSET-LEMARIÉ, 2001, p.38). Isso supõe uma mediação científica que não pode ser dissociada da função editorial tradicional. É preciso oferecer instrumentos para que os internautas possam perceber a validade de um texto independentemente da presença ou ausência de etiquetas a partir das quais as informações são transmitidas. É preciso então uma competência científica que permita estabelecer a diferença entre os falsos e os verdadeiros textos. Esse princípio é igualmente válido para os textos impressos. Tendo em vista que não podemos ser especialistas em tudo, cada vez mais necessitaremos de instâncias de legitimação científica.

O livro sempre foi uma mídia interativa. A força essencial das estruturas editoriais face à internet é o fundamento na mediação das obras. A especificidade da função editorial, face à concorrência entre os autores, pode se fundar no fato de que os conteúdos editoriais não podem ser reduzidos aos conteúdos da informação. O que é estabelecido pelo editor não é apenas a informação. Além disso, ele pensa sobre a forma da obra e acrescenta, de fato, um novo significado ao manuscrito que se transforma em livro. Essa lógica cultural é específica da função editorial e pode ser também uma forma de buscar um equilíbrio econômico se fundamentando no capital cultural desta competência específica. Essa lógica envolve todas as profissões relacionadas à indústria cultural, cujo equilíbrio instável se deve ao fato de ser fundada sobre certos valores culturais.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *Le plaisir du texte. Oeuvres complètes*. Nouv. ed. / rev., corr. et présentée par Eric Marty. ed. Paris: Seuil, 2002. v. 4.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectivas, 2004.
- BECKER, Howard S. *Outsiders*. Paris: A.M. Métailié, 1985.
- BOSCHETTI, Anna. *Sartre et "Les temps modernes": une entreprise intellectuelle*. Paris: les Éd. de Minuit, 1985.

- BOURDIEU, Pierre. Champ intellectuel et projet créateur. *Temps modernes*, n. 246, p. 865–906, 1966.
- BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux 2: pour un mouvement social européen*. Paris: Raisons d’agir, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Tradução Maria Alice Nogueira; Afranio M. Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Ciências sociais da educação).
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l’art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Editions du Seuil, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Sur l’État: cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Raisons d’agir, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Une révolution conservatrice dans l’édition. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 126/127, p. 3–28, 1999.
- BOUVERESSE, Jacques. *Bourdieu, savant et politique*. Marseille: Agone, 2003.
- BURGUIÈRE, André. *L’école des Annales: une histoire intellectuelle*. Paris: Odile Jacob, 2006.
- CASSIRER, Ernst; CAUSSAT, Pierre. *Substance et fonction: éléments pour une théorie du concept*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.
- CASSIRER, Ernst. *La Philosophie des formes symboliques 1, Le Langage*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.
- CASSIRER, Ernst. *Logique des sciences de la culture: cinq études*. Paris: Éd. du Cerf, 1991.
- CASTELLS, Manuel. *La société en réseaux: l’ère de l’information*. Paris: Fayard, 1998.
- CERQUIGLINI, Bernard. *Éloge de la variante: histoire critique de la philologie*. Paris: Seuil, 1989.
- CERTEAU, Michel De. *L’invention du quotidien, vol. 1 Arts de faire*. Paris: Union Générale d’Éd., 1980.
- CHARTIER, Roger. *Culture écrite et société: l’ordre des livres: XVI^e-XVIII^e siècle*. Paris: Albin Michel, 1996.
- CONTAT, Michel. *L’auteur et le manuscrit*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- DEBRAY, Régis. *Introduction à la médiologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- DIRKX, Paul. Les obstacles à la recherche sur les stratégies éditoriales. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 126-127, p. 70–74, 1999. Disponível em: <http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=ARSS_P1999_126N1_0070>. Acesso em: 25 out. 2014.
- DOUGLAS, Mary. *Comment pensent les institutions*. Paris: La découverte, 1999.
- ECO, Umberto. Auteurs et autorité: un entretien avec Umberto Eco. ORIGGI, Gloria & ARIKHA, Noga (EE.). *Text-e: le texte à l’heure de l’Internet*. Paris: Bibliothèque publique d’information, p. 215–232, 2003.
- FABIANI, Jean-Louis. *Les philosophes de la République*. Paris: Éditions de Minuit, 1988.
- FABIANI, Jean-Louis. Sur quelques progrès récents de la sociologie des œuvres. *Genèses*, v. 11, n. 1, p. 148–167, 1993. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/genes_1155-3219_1993_num_11_1_1177>.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Colégio de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 20. ed.- ed. São Paulo, SP: Loyola, 2010. (Leituras filosóficas).
- FOUCAULT, Michel. *L’archéologie du savoir*. [Paris]: Gallimard, 1969.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 3^a. ed. Lisboa: Vega, 1992. (Passagens, 6).
- FOUCHÉ, Pascal; SIMONIN, Anne. Comment on a refusé certains de mes livres [Contribution à une histoire sociale du littéraire]. *Contribution à une histoire sociale du littéraire*, p. 103–115, 1999. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1999_num_126_1_3285>.
- GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 1987.
- GRÉSILLON, Almuth. *Éléments de critique génétique: lire les manuscrits modernes*. Paris: Presses universitaires de France, 1994.
- HORELOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. *Sociologia da leitura*. Tradução Mauro Gama. Cotia, SP: Ateliê, 2010.
- JAUSS, Hans Robert. *Pour une esthétique de la réception*. Tradução Claude Maillard. Paris: Gallimard, 1978.

- JEANNERET, Yves; SOUCHIER, Emmanuël. Introduction. Fonction éditoriale et internet. *Communication et langages*, p. 30–31, 2001. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_0336-1500_2001_num_130_1_3104>.
- MANDEL, Ladislav. Propos sur l'ordre typographique. *Communication et langages*, n. 130, p. 4–13, 2001. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_0336-1500_2001_num_130_1_3100>.
- MAUGER, Gérard. Écrits, lecteurs, lectures. *Genèses*, p. 144–161, 1999. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/genes_1155-3219_1999_num_34_1_1560>.
- MENGER, Pierre-Michel. Rationalité et incertitude de la vie d'artiste. *L'Année sociologique*, v. 39, n. 39, 1989.
- MOLLIER, Jean-Yves; SOREL, Patricia. L'histoire de l'édition, du livre et de la lecture en France aux XIX^e et XX^e siècles [Approche bibliographique]. *Approche bibliographique*, p. 39–59, 1999. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1999_num_126_1_3280>.
- MOLLIER, Jean-Yves. Les mutations de l'espace éditorial français du XVIII^e au XX^e siècle. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 126, n.127, p. 29–38, 1999. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1999_num_126_1_3279>.
- OUVRY-VIAL, Brigitte. L'acte éditorial: vers une théorie du geste. *Communication et langages*, p. 67–82, 2007. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_0336-1500_2007_num_154_1_4691>.
- PICHOIS, Claude. Les cabinets de lecture à Paris, durant la première moitié du XIX^e siècle [Pour une sociologie des faits littéraires]. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, p. 521–534, 1959. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1959_num_14_3_2847>.
- QU'EST-CE qui fonde la légitimité de l'évaluation scientifique? [Editorial] *Revue française de sociologie*, 50. p. 2–3, 2009. Disponível em: <www.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-2009-1-page-2.htm>.
- RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle. La médiation éditoriale sur internet. *Communication et langages*, p. 32–46, 2001. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_0336-1500_2001_num_130_1_3105>.
- SALAÜN, Jean-Michel. Aspects économiques du modèle éditorial sur Internet. *Communication et langages*, p. 47–58, 2001. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_0336-1500_2001_num_130_1_3106>.
- SARTRE, Jean-Paul. *Situations, II (Qu'est-ce que la littérature?)*. Paris: Gallimard, 1948.
- SAUSSURE, Ferdinand De. *Écrits de linguistique générale*. [Paris]: Gallimard, 2002.
- SORÁ, Gustavo. La maison et l'entreprise [José Olympio et l'évolution de l'édition brésilienne]. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 126, n. 126-127, p. 90–102, 1999. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1999_num_126_1_3284>.
- SOUCHIER, Emmanuël; JEANNERET, Yves. L'énonciation éditoriale dans les écrits d'écran. *Communication et langages*, p. 3–15, 2005. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_0336-1500_2005_num_145_1_3351>.
- TODOROV, Tzvetan. *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique: suivi de Écrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, 1981.
- VIALA, Alain. *Naissance de l'écrivain: sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1985.